

A CRIMINALIZAÇÃO DO PROFESSOR FRENTE A ATUAL CONJUNTURA SOCIAL

Paula Cristina Soares Silva de Almeida¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Soane Santos Silva²

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Cláudio Nunes Pinto³

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB

Resumo

Este artigo tem como objetivo problematizar aspectos das condições de trabalho dos professores da educação básica no Brasil, mais especificamente a percepção que a sociedade brasileira faz do trabalho docente, com ênfase na atual conjuntura social que a profissão docente vivencia. Trata-se de um estudo de revisão de literatura, de cunho bibliográfico, baseada nas ideias de Nóvoa(1995), Freire (1997), Junqueira & Muls, (2000), Duarte e Oliveira (2014), Jacomini e Penna (2016), Nunes e Oliveira (2017), que trazem considerações pertinentes ao tema. Conclui-se que o fenômeno de culpabilização do professor pelo mau desempenho dos alunos, as avaliações externas como instrumento de controle do trabalho docente e ausência da família na vida escolar dos alunos, cooperam para a conseqüente depreciação da figura do professor na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Profissão docente. Escola. Sociedade civil brasileira.

Introdução

Diante da problematização, evidencia-se neste estudo a figura do professor, as mudanças que se deram em suas atribuições no espaço escolar ao longo dos anos e a visão que a sociedade projeta sobre o docente. Percebe-se que há uma culpabilização ao professor pelo fracasso na educação. O discurso simplista e não neutro forjado pelo Estado e reproduzido pelas mídias de informação dá conta de apresentar o professor como único responsável pelo desenvolvimento da educação no Brasil, ocultando sua responsabilidade social e orçamentaria para o alcance de uma educação de qualidade.

A educação pública e a profissão do professor

Com as novas políticas mundiais e o desenvolvimento do país, o direito a escola também passa a ser direito à cidadania, e as políticas públicas começam a ser pensadas e elaboradas a fim de proporcionar a “todos” o direito a educação.

Baseado no movimento mundial de democratização da Educação e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), os parâmetros educacionais concorrem no sentido de que todos tenham acesso à escola e participem ativamente na sociedade. O acesso à escola possibilita o combate à exclusão social, dando a todos a possibilidade de acesso à informação.

A Constituição de 1988 trouxe a educação nos artigos 205 a 214. Entre os pontos relevantes está a obrigatoriedade do governo federal em assumir responsabilidade integral em alguns níveis da educação e responsabilidades parciais em outros níveis, com a colaboração dos estados, Distrito Federal e municípios. Para esse compromisso foi estabelecido a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), com duração de dez anos e cujo objetivo é de “articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a”

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.
- VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (BRASIL, 2013)

As exigências previstas na CF/1988 balançaram drasticamente as questões educacionais, modificando as práticas educacionais da docência e da gestão educacional, fazendo-se necessário profissionais com novos saberes para as novas demandas. Ao professor não satisfaria mais a formação normal, mas uma formação que abarcasse todas as especificidades no campo educacional e social. Acrescenta-se seu papel de agente promotor entre a escola e a família, incumbir-se-ão de “colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade” (BRASIL, LDB/9394/96, art. 13).

O Estado ao se responsabilizar pela educação pública, impõe parâmetros para a educação e faz o recrutamento de professores e determina os critérios para que estes desenvolvam à docência, esses parâmetros estão imbuídos de intenções que não são nulas. Com a secularização do ensino, o professor passa a ser também um servidor público, municipal, estadual ou federal, encarnando o projeto político de escolarização do Estado e, juntamente com outros funcionários, compõe uma rede que tece a burocracia estatal (NÓVOA, 1995).

A escola deve ser pensada sob a ótica de sua evolução histórica, visto que no século XIX e meados do século XX a escola era restrita a poucos. Essa conjuntura de uma escola elitista, mas já com professores formados em uma estrutura profissional, marcou um recorte histórico de uma escola excludente, que servia a uma classe média que exigia qualidade. Fator que desencadeia um sentimento saudosista de um momento considerado a época de ouro da educação pública brasileira.

Com a democratização do ensino e a preocupação do Estado em disciplinar as massas, a escola é vista como “nossa segunda” casa, o professor como parte da família, percebe-se pelo codinome “tia” que denotava uma íntima relação para além da atividade extremamente profissional. Tal discurso respaldado pelo o respeito “aos mais velhos” também trouxe consigo a ideologia de reducionismo da profissão do professor. (FREIRE, 1997). Essa realidade fragilizou a profissão do professor, mas com o momento favorável da profissão de professor garantiu o respeito dos alunos.

A visão da sociedade atual sobre o professor se altera e se flexibiliza, a família ausente, filhos rebeldes, professores representantes de uma autoridade que não se conhece nem se aceita por parte dos discentes. Assim, a profissão de professor é cada vez mais descartada do sonho profissional dos estudantes. Fator influenciado sobretudo, pela forma como a família concebe o professor, antes uma autoridade, um ser a ser respeitado e até reverenciado. Destarte, a crise de hierarquia na família tem reflexos também na sala de aula. Um retrato dessa realidade está no fato de o docente enfrentar problemas em relação ao reconhecimento de sua autoridade pelos pais e pelos alunos; de não ser mais referência na comunidade; de ter problemas com indisciplina na sala de aula, além de ser alvo de críticas vindas dos mais variados setores da sociedade (JUNQUEIRA & MULS, 2000).

Assim, a percepção que os alunos têm do professor também se alterou ao longo dos anos, um indicativo desse retrocesso é a negação em ser professor ou professora. É certo que um bom número de alunos demonstra grande respeito pela figura do professor, mas percebem

a insatisfação no trabalho docente, uma vez que o resultado de seu trabalho está intrinsecamente atrelado ao êxito do outro, ou seja, à aprendizagem do aluno. O professor é responsabilizado pela escolarização dos alunos, condição para sua participação no mundo contemporâneo, configurando-se como profissão diferenciada, em que compromissos sociais são esperados e desejados, à qual se atribuem responsabilidades específicas (SACRISTÁN; GÓMEZ, 2000).

A democratização da escola permitiu que diferentes pessoas, de classes, gênero, religião e condições culturais fossem inseridos na escola. Destarte, o acesso de todos a educação ampliou o número de vagas nas escolas, mas não adaptou a estrutura física e o mobiliário do espaço escolar, conseqüentemente a qualidade do ensino caiu, a demanda do professor aumentou e os profissionais da escola não foram preparados para essa nova realidade. É certo que não há como atender tantas especificidades em um só ambiente com a mesma qualidade.

Com a crise no cumprimento de seu papel social, a escola, sobretudo a escola pública, não tem conseguido oferecer satisfatoriamente base para os indivíduos efetivamente se tornar um cidadão, por vezes, ela tem enfraquecido o sistema democrático com indicativos de discriminação e exclusão social. Tal negação se perpetuou e tem se reatualizado, atuando continuamente na produção de desigualdades e subordinação.

O professor, nessa conjuntura, imbuído de muitas e novas atribuições tem sido prejudicado na sua vida profissional, perdendo a identidade docente e agindo insatisfatoriamente em áreas que não são suas de formação. Esse contexto nacional tem sido responsável por índices de adoecimento docente, fracasso escolar e na formação precária do professor. Duarte e Oliveira por meio de seus estudos destaca que

Constata-se que no Brasil, a crise de valorização e atratividade do magistério público dos dias atuais tem suas origens na segunda metade do século XX. Com a ditadura militar novas políticas de cunho neoliberal e a massificação do ensino intensificado nesse período favoreceram o desgaste do professor. (DUARTE; OLIVEIRA, 2014)

É notório que as articulações e ações impostas pelo Estado favorecem a perda de autonomia do professor sobre o seu processo de trabalho, expondo-o a um cotidiano laboral de precarização de seu trabalho e sua desvalorização política e social frente aos pais, demais familiares, instituições públicas, representantes das várias esferas sociais e, até mesmo em alunos. De acordo com Contreras (1997), o trabalho do professor refere-se a expectativas

sociais que são voláteis e socialmente estabelecidas. Para o autor o dever ser da profissão traz em seu bojo tensões, que dizem respeito ao que a sociedade projeta para se concretizar na escola. Ainda acrescenta que a desqualificação do professor é expressa, dentre vários aspectos, pelo aumento considerável do controle sobre o trabalho docente e pela intensificação das atividades desenvolvidas no espaço escolar.

Desvalorização da profissão docente: o papel social do professor e a visão da sociedade

Com as reformas educativas que se desencadearam a partir da década de 80 no mundo, diversos países como França, Espanha e Portugal criaram medidas relacionadas à formação e profissionalização de professores, a fim de atender demandas de mundialização da economia e o Brasil adequou-se a norma vigente mundial. Para Libâneo (2003) essas reformas forçaram tomadas de medidas que corresponderiam a algumas tendências vigentes da época, entre elas a formação e profissionalização de professores como suporte dessas reformas.

A desvalorização política do professor desencadeia para a desvalorização na nossa sociedade. Ora, o professor é reconhecido como mote fundamental para a qualidade do ensino, no entanto, as condições que ele precisa para alcançar essa qualidade não são concomitantemente pensadas e garantidas, um processo de responsabilização do professor na aprendizagem ou não dos alunos é aferida em avaliações externas, a exemplo os estudos de Afonso (2001); Oliveira; Pini; Feldfeber (2011) *apud* Duarte e Oliveira(2014) pontuam que no

Brasil as reformas acompanharam uma tendência mais ou menos mundial da necessidade de se medir a eficácia dos sistemas educacionais mediante a capacidade de resposta da escola aos objetivos e metas fixados a ela, centrando-se de sobremodo nas políticas de responsabilização (*accountability*) e na imputação de uma lógica competitiva entre os estabelecimentos de ensino via publicização dos resultados obtidos nas avaliações externas em âmbito federal e estadual. (DUARTE e OLIVEIRA, 2014, p 71)

Quando não há a valorização profissional do professor, tem-se como consequência a baixa autoestima, diversos fatores são responsáveis por essa insatisfação pessoal, dentre eles a não percepção dos resultados no trabalho docente. O desgaste do professor é determinado pela carga horária, natureza da atividade, pela forma de organização do seu trabalho, bem como todo o sistema burocrático que é imposto aos docentes, implicando no processo político-pedagógico.

Essa concepção da educação nos moldes neoliberais, defensora da não responsabilidade do Estado, deixa clara as reais intenções e as repercussões na educação no Brasil. A ideologia neoliberal, presentes nos programas do governo, se concretizam nas políticas públicas educacionais e reverberam no desenvolvimento da carreira docente que, perpassa por um processo de ajuste e constantes embates. As condições impostas pela omissão do Estado, responsabiliza o professor pela qualidade no ensino, evidenciando um movimento contraditório entre o que se fala do professor e o tratamento destinado a ele. Essas influências neoliberais na educação, influenciam o cotidiano do professor e ecoam negativamente no contexto atual e requer do profissional docente uma reação às investidas do capital na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

Enfatiza-se, por um lado, uma grande responsabilização dos professores pela qualidade do ensino, o que estabelece maiores exigências em relação ao seu trabalho nas escolas, e por outro, uma acentuação na desvalorização social da docência (Oliveira, 2004, 2008). A própria ideia da necessidade de profissionalização, presente em documentos e discursos oficiais que visam regulamentar a formação docente, porta aspectos ideológicos que necessitam ser tensionados, pois tais textos, ao estabelecerem certas habilidades especializadas (JACOMINI e PENNA, 2016, p. 184)

Muitas são as políticas públicas de normatização do Estado, políticas estas que não só normatizam a educação, mas são postas como referenciais de metas para servir a interesses econômicos neoliberais. A realidade da prática do educador é diretamente influenciada por essas delimitações, desta forma, o professor é visto pela sociedade da mesma forma como o Estado o trata. Para Sacristán & Gómez (2000) ao professor é dada a responsabilidade pela escolarização dos alunos, sem a qual estes não podem participar ativamente no mundo que está inserido, esse aspecto caracteriza a profissão docente, que agrega compromissos sociais desejados pela sociedade.

As avaliações externas advindas do governo estimulam a responsabilização do professor pelo fracasso escolar. Castro (2007) critica essa forma de implantar políticas tendo como “pano de fundo” a “teoria da responsabilização”, pois pressupõe uma pressão sobre as redes, escolas e professores pela implantação de salários diferenciados mediante desempenho dos alunos.

A visão reducionista e unilateral que abarca as Avaliações Externas na educação básica associa o desempenho dos alunos nessas provas exclusivamente ao trabalho do professor. Assim, os baixos índices de aprendizagem são propagados e embasados na

qualidade do docente e não nas condições que são dadas para que o aluno aprenda. Essa concepção desconsidera as condições desfavoráveis ao desempenho do trabalho do professor desprovendo-o de todo seu potencial pedagógico (Gimeno Sacristán,1998). Os autores reforçam que os procedimentos que ocorrem nas avaliações externas comprometem as reflexões críticas sobre a atual conjuntura educacional e submetem os professores a uma cobrança exacerbada por êxito na educação, limitando toda sua liberdade de ação dentro da sala de aula. Portanto, pensar na qualidade da educação somente sob a responsabilidade direta e única do professor é concordar com soluções simplistas acerca da amplitude que a educação tem em todos os seus processos e agentes. Nunes e Oliveira (2017) destacam que:

Pensar sobre a melhoria da educação escolar implica colocar no centro das preocupações das políticas educacionais elementos mais conceituais, capazes de operar mudanças tanto nos resultados da escolarização (a afetiva aprendizagem pelos alunos) como na constituição de uma cultura geral de valorização, não apenas da profissão do professor mas também da própria atividade da escola como um todo(NUNES e OLIVEIRA, 2017, p.12)

Leis permissivas defende direitos dos alunos e limitam a autonomia e autoridade do professor, criminalizando qualquer ação contrária a indisciplina e até atos de violência dentro da sala, reforçando o distanciamento de limites e valores. A exemplo temos vários episódios de interferência de órgão e representantes da sociedade civil invadindo o ambiente da sala de aula como se fosse a sala de sua casa. Discursos de ódio como o da deputada governista que incentivou os alunos a filmar e denunciar “professores doutrinadores” em sala de aula reforçam o sentimento de indiferença a professores e estimula atitudes de rebeldia e desrespeito por parte dos discentes. Ocorre que a Constituição Federal enumera alguns princípios que devem reger o ensino brasileiro, destaque para a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (BRASIL, 1988, art 206). A classe docente deve combater toda forma de interferência no ensino que ferir o princípio da legalidade e tenta fragilizar sua autonomia e liberdade. Evitar que ações como estas se legitime e precarize o trabalho do professor constitui-se uma bandeira da categoria. A precariedade nas condições de exercício da docência evidencia sua desvalorização política e traz consequências para sua valorização social e para as formas como o professor se constitui como profissional (LÜDKE; BOING, 2004).

O compromisso político dos educadores pode nortear o ambiente formador do professor e gerar novos agentes sensibilizadores que fomentam atitudes de transformação social. É através dessas atitudes que ações antes toleradas começam a ser questionadas e

extintas. A ação do educador não poderá ser executada de qualquer forma, como se toda e qualquer forma fosse suficiente para que ela possa ser bem realizada. Ela só poderá ser bem realizada se tiver um compromisso político que a direcione. Ou seja, o educador só tem duas opções: ou quer a permanência desta sociedade, com todas as suas desigualdades, ou trabalha para que a sociedade se modifique. (LUCKESI,1994, p. 116).

O educador deve se ater às demandas da sociedade e promover um ambiente de libertação, não reforçando práticas discriminatórias em sala de aula, mas, com a reflexão das ações e da realidade atual, mover-se em direção a promoção de atitudes que estimulem atos de respeito e valorização do diferente, lançando mão de ações afirmativas em consonância com a Constituição Nacional e a LDB para o embate na educação e transformação do entendimento brasileiro que resulte no incentivo de novas práticas de reforço a valorização do profissional docente. Freire (1997) enfatiza que “é urgente que o magistério brasileiro seja tratado com dignidade para que possa a sociedade esperar dele que atue com eficácia e exigir tal atuação”(FREIRE, 1997, p. 35). O autor convida à reflexão sobre o poder do embate político, quando expõe que “Seríamos, porém, ingênuos se descartássemos a necessidade da luta política. A necessidade de esclarecer a opinião pública sobre a situação do magistério em todo o país. A necessidade de comparar os salários de diferentes profissionais e a disparidade entre eles”(FREIRE, 1997, p. 35).

As políticas educacionais caminham em uma via de mão única, tendo o discurso de valorização por mérito, exige-se muito dos professores, mas oferecem poucas recompensas financeira, o que influencia seu reconhecimento social.

As condições de emprego, as diversas formas de contratação, remuneração, carreira e estabilidade, compreendem condições que são determinadas pela organização do trabalho no capitalismo, dentro de um contexto histórico-social e econômico que as engendram. A compreensão acerca das mudanças que ocorreram no âmbito do Estado é de suma importância para explicarmos as condições de trabalho que envolvem o profissional que exerce à docência.

Considerações Finais

Marcado por um cenário de globalização, a redefinição do papel do Estado apresenta novas formas de organização na estrutura e na forma de governança das instituições, que interfere diretamente na vida dos profissionais, uma configuração social em que a educação é

colocada como um investimento com vistas ao desenvolvimento da capacidade produtiva do homem, adaptável às demandas do capital, sob a égide de um discurso de combate à exclusão social, erradicação da pobreza e a construção de uma sociedade mais democrática. Destarte, a educação tem o papel de contribuir para o crescimento econômico, por meio de um ensino voltado para formação de sujeitos com competências, habilidades e capacidades necessárias para atuar no mercado de trabalho.

O Estado compreende a educação como forma de desenvolver o capital humano, dando abertura a organizações internacionais que passam a influenciar diretamente a educação brasileiras com suas estruturas e realidades que destoam da realidade do povo brasileiro. Essa nova conjuntura impacta a vida do professor que se encontra em um ambiente político de expropriação dos seus direitos.

A desprofissionalização do professor decorre das ideias importadas do mundo empresarial que trazem consigo a responsabilização do professor pelo sucesso e/ou insucesso de seus alunos e mudam o significado do que é ser professor. Diante disso, o professor passa a operar dentro de uma imensidão de dados, índices, comparações diversas, competições entre pares ou não. Paradoxalmente a fragilidade que tentam impor sobre a figura do professor não mortifica o valor do papel do educador para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Com este estudo, percebe-se, o processo de responsabilização do professor pelo bom desempenho dos seus alunos, e as avaliações externas sendo utilizadas como instrumento de controle e monitoramento do trabalho docente e consequente depreciação da figura do professor na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BEISIEGEL, Celso Rui. **A qualidade do ensino na escola pública**. Brasília: Líber Livro, 2006.

BRASIL, **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf.

Acesso em 10/04/2019.

_____. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília - DF: Senado

Federal, Centro Gráfico:1988.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

CASTRO, Alda M. D. Araújo. Gerencialismo e Educação: estratégias de controle e regulação da gestão escolar. In: CABRAL NETO, Antonio.(Org.) **Pontos e Contrapontos da Política Educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo, Olho D'Água, 1993, 47p.

JUNQUEIRA, C., & MULS, L. (2000, setembro). O processo de pauperização docente. *Contemporaneidade e Educação*, 2 (2), 136-149.

LIBÂNIO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 1998.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Sujeitos da Práxis Pedagógica*. In: LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Editora Cortez, 1994, p. 109-120.

LÜDKE, Menga; BOING, Luiz Alberto. Caminhos da profissão e da profissionalidade docente. **Educação e Sociedade**, Campinas v.25, n.89, p. 1159-1180, set/dez. 2004.

NÓVOA, A. (1995). **O passado e o presente dos professores**. In *Profissão professor* (pp. 13-34). Porto: Porto Editora.

NUNES, Claudio P., OLIVEIRA, Dalila A. **Trabalho, carreira, desenvolvimento docente e mudança na prática educativa**. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 43, n.1, p. 65-80, jan./mar. 2017.

PERONI, Vera Maria Vidal; PIRES, Daniela de Oliveira; BITTENCOURT, Jaqueline Marcela Villafuerte; BERNARDI, Liane Maria Bernardi; COMERLATTO, Luciani Paz; CAETANO, Maria Raquel. **Relações entre o público e o privado na educação básica brasileira: implicações para processos de democratização**. *Políticas Educativas*, Porto Alegre, v. 7, n.1, p. 92-109, 2013 – ISSN: 1982-3207. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/Poled/search>. Acesso em 18/03/2019.

SACRISTÁN, J. G., & GÓMEZ, A. I. P. (2000). Compreender e transformar o ensino. (E. F. F. Rosa, trad., pp. 13-26). Porto Alegre: Artmed.

SOBRE A AUTORA

Paula Cristina Soares Silva de Almeida

Mestranda em Educação, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); professora da Rede Municipal de Itapetinga-BA; membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Didática, Formação e Trabalho Docente (Difort/CNPq).

E-mail: paulacristina.ssa@gmail.com

SOBRE OS COAUTORES

Soane Santos Silva

Mestranda em Educação, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Professora da Rede Municipal de Itapetinga-BA; membro do grupo de Estudos e Pesquisas em Ludicidade, Didática, Política e Práxis Educacional – LUDIPPE. E-mail:

soanesilva@hotmail.com

Cláudio Nunes Pinto

Doutor em Educação, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Didática, Formação e Trabalho Docente (Difort/CNPq). E-mail: claudionunesba@hotmail.com